



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário - Área Administrativa
Especialidade Segurança e Transporte

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova '07', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E) .
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 4, considere o texto abaixo.

Em razão do aumento progressivo da concentração de gases do efeito estufa e de alterações no uso do solo, o clima no Brasil do final do século XXI será provavelmente bem diferente do atual, a exemplo do que deverá ocorrer em outras partes do planeta. As projeções indicam que a temperatura média em todas as grandes regiões do país, sem exceção, será de 3º a 6º mais elevada em 2100 do que no final do século XX, a depender do padrão futuro das emissões desses gases.

As chuvas devem apresentar um quadro mais complexo. Em biomas como a Amazônia e a caatinga, a quantidade estimada poderá ser 40% menor. Nos pampas, há uma tendência de que ocorra o inverso, com um aumento de cerca de um terço nos índices gerais de pluviosidade ao longo deste século. Nas demais áreas do Brasil, os modelos climáticos também indicam cenários com modificações preocupantes, mas o grau de confiabilidade dessas projeções é menor. Ainda assim, há indícios de que poderá chover significativamente mais nas porções de mata atlântica do Sul e do Sudeste e menos na do Nordeste, no cerrado, na caatinga e no pantanal.

O cenário apresentado indica que os brasileiros vão conviver tanto com mais períodos de seca prolongada como de chuva forte, às vezes um após o outro. Isso sem considerar a possibilidade do aparecimento de fenômenos com grande potencial de destruição, antes raros no país, como o furacão que atingiu a costa de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul em março de 2004. Nas grandes áreas metropolitanas, e mesmo em cidades de médio porte, o avanço do concreto e do asfalto intensifica o efeito ilha urbana de calor, tornando-as mais quentes e alterando seu regime de chuvas.

Esse quadro faz parte do mais completo diagnóstico já produzido sobre as principais tendências do clima futuro no país: o primeiro relatório de avaliação nacional (RAN1) do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC), criado em 2009 pelos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

(Adaptado de Marcos Pivetta. **Revista Fapesp**, agosto de 2013, p. 16-17)

1. O assunto central do texto é

- (A) a censura velada à ausência de metas de conscientização da população para a necessária sustentabilidade das condições ambientais.
- (B) o esboço de um cenário climático futuro, marcado por extremos em todo o país, ainda que essas previsões possam sofrer eventuais alterações.
- (C) a constatação dos perigos decorrentes de catástrofes climáticas que têm ocorrido no Brasil, embora os dados atuais não sejam inteiramente confiáveis.
- (D) o balanço sobre as alterações climáticas no Brasil, em particular as manifestações extremas, fenômenos cada vez mais frequentes no país.
- (E) a observação de fenômenos climáticos extremos que têm ocorrido em todo o país, apesar do controle ambiental exercido por órgãos governamentais.

2. É correto depreender do texto:

- (A) períodos de seca prolongada poderão ocorrer em todas as grandes regiões brasileiras, cujas condições ambientais propiciam o surgimento de eventos climáticos extremos.
- (B) o Brasil tornar-se-á vulnerável à ocorrência de eventos climáticos extremos em todas as regiões do país, especialmente no Nordeste, no cerrado e no pantanal.
- (C) a emissão de gases de efeito estufa tem influência sobre a variação da temperatura projetada para o futuro nas diversas regiões do país.
- (D) o país, por sua situação privilegiada, estará isento da ocorrência de eventos climáticos extremos e destrutivos, como os registrados com frequência nas demais regiões do planeta.
- (E) ações governamentais estão programadas para evitar possíveis catástrofes ambientais, decorrentes das alterações climáticas no Brasil, durante este século.

3. O texto aponta claramente

- (A) o papel preventivo da sociedade civil na regulamentação da atividade humana, para garantir a preservação das condições ambientais no país.
- (B) a atual degradação do clima nas grandes regiões brasileiras, com a ocorrência de eventos climáticos extremos, como extensos períodos de seca no Nordeste.
- (C) o impacto, no futuro, das mudanças climáticas decorrentes de alterações no regime de chuvas, devido ao uso do solo.
- (D) as consequências da presença humana na natureza, responsável por intensas alterações climáticas no Brasil, previstas para o decorrer deste século.
- (E) as medidas institucionais tomadas para diminuir os efeitos desastrosos das alterações climáticas no Brasil, que atingem grande parcela da população.

4. *Nos pampas, há uma tendência de que ocorra o inverso ... (2º parágrafo)*

A expressão sublinhada acima deverá preencher corretamente a lacuna que se encontra em:

- (A) Havia, entre os especialistas, a preocupação não fosse possível tomar medidas preventivas contra os desastres naturais naquela região.
- (B) Estudos mapeiam as perspectivas de um cenário climático preocupa os órgãos responsáveis pelo bem-estar da população.
- (C) Estão sendo destacadas algumas medidas as autoridades possam trabalhar para evitar maiores danos às vítimas de catástrofes ambientais.
- (D) Cientistas se debruçam sobre um quadro climático preocupante, se observam manifestações extremas cada vez mais frequentes.
- (E) Uma preocupação constante, se referem os ambientalistas, baseia-se no aumento das emissões de gases poluentes na atmosfera.



Atenção: Para responder às questões de números 5 a 10, considere o texto abaixo.

Quando se olha para o que aconteceu no cenário cultural brasileiro durante a última década e meia, não há como escapar do impacto da tecnologia. Ela possibilitou a reorganização dos universos da música, dos filmes e dos livros. Motivou igualmente o surgimento das mídias sociais e das megaempresas que as gerenciam, além de democratizar e ampliar a produção em todas as áreas. Nunca se produziu tanto como agora.

As inovações tecnológicas modificaram completamente o debate sobre cultura, trazendo, para os próximos anos, ao menos três questões centrais. A primeira é a tensão entre as formas ampliadas de criatividade e os contornos cada vez mais restritos dos direitos autorais. Com a tecnologia, gerou-se um contingente maciço de novos produtores de conteúdo. Isso faz com que os limites do que chamamos “cultura” fiquem permanentemente sujeitos a contínuas “invasões bárbaras”, vindas dos recantos mais inusitados. Vez por outra, alguns casos simbólicos extraem essas tensões do cotidiano no qual elas ocorrem e as colocam num contexto jurídico, em que uma decisão precisa ser tomada.

O outro tema é o permanente conflito entre passado e futuro, exacerbado pela atual revolução tecnológica. Em seu livro mais recente, Retromania, o escritor e crítico inglês Simon Reynolds afirma que nosso atual uso da tecnologia, em vez de apontar novos caminhos estéticos, está criando um generalizado pastiche do passado. Vivemos num mundo onde todo legado cultural está acessível a apenas um clique. Uma das respostas inteligentes à provocação de Reynolds vem dos proponentes da chamada “nova estética”, como o designer inglês James Bridle: para eles, mesmo sem perceber com clareza, estamos desenvolvendo novos modos de representar a realidade, em que o “real” mistura-se cada vez mais a sucessivas camadas virtuais. O mundo está cheio de novidades. É só reeducar o olhar para enxergá-las, algo que Reynolds ainda não teria feito.

A tese de Reynolds abre caminho para o terceiro ponto. Na medida em que “terceirizamos” nossa memória para as redes em que estamos conectados (a nuvem), ignoramos o quanto o suporte digital é efêmero. Não existe museu nem arquivo para conservar essas memórias coletivas. Artefatos digitais culturais se evaporam o tempo todo e se perdem para sem-

pre: são deletados, ficam obsoletos ou tornam-se simplesmente inacessíveis. Apesar de muita gente torcer o nariz à menção do Orkut, a “velha” rede social é talvez o mais rico e detalhado documento do período 2004-2011 no Brasil, já que registrou em suas infinitas comunidades a ascensão da classe C e a progressão da inclusão digital. No entanto, basta uma decisão do Google para tudo ficar inalcançável.

(Adaptado de Ronaldo Lemos. **Bravo!** outubro de 2012, edição especial de aniversário, p. 26)

5. Afirma-se corretamente, de acordo com o texto:
- (A) As questões que envolvem a evolução tecnológica atual se apresentam como obstáculos para a divulgação de obras culturais, ainda que se considere a importância do impacto virtual nas mídias sociais.
 - (B) O avanço da tecnologia é uma das garantias de que as obras apresentadas na mídia virtual sejam realmente criações originais de seus autores.
 - (C) A exposição de obras culturais por meio virtual, possibilitada pelo extraordinário avanço tecnológico, é consequência da qualidade intrínseca dessas obras.
 - (D) A divulgação maciça de obras nos meios virtuais prejudica o equilíbrio entre as conquistas do passado e a realidade presente, no sentido de que, apesar da quantidade, é raro haver criatividade em tais obras.
 - (E) Os avanços da tecnologia permitiram maior amplitude à produção cultural brasileira, expondo, no entanto, algumas questões a serem debatidas e, eventualmente, regulamentadas.
6. As referências a Simon Reynolds e a James Bridle, no 3º parágrafo,
- (A) denotam a necessidade de regulamentação do processo de divulgação de obras culturais pelos meios virtuais.
 - (B) apontam para a enorme dificuldade de controle da produção artística, considerando-se a facilidade de sua divulgação nas redes virtuais.
 - (C) destacam a impossibilidade de recebimento de direitos autorais por produtores culturais que se valem da tecnologia na divulgação de suas obras.
 - (D) exemplificam diferentes pontos de vista a respeito da originalidade da produção cultural divulgada nos meios virtuais.
 - (E) assinalam a importância da memória coletiva, que se nutre do passado, como único dado cultural válido para a produção artística atual.



<p>7. A afirmativa que resume o teor do 4º parágrafo é:</p> <p>(A) Inspirar-se no passado significa desvalorizar tudo aquilo que se produz atualmente, mesmo com a vasta contribuição dos avanços da tecnologia.</p> <p>(B) A efemeridade dos meios virtuais é perigosa para a conservação da memória coletiva, pois esta pode se perder instantaneamente em razão de situações diversas.</p> <p>(C) A ausência de museus ou de arquivos evita investimentos em sua manutenção, mas a produção artística divulgada em redes virtuais perde boa parte de seu valor.</p> <p>(D) A transposição da memória coletiva para os meios virtuais constitui um significativo passo para a conservação de valores culturais caros a toda a humanidade.</p> <p>(E) Nada surgiu como criação original ou independente daquilo que já foi feito ou divulgado no passado, tornando impossível seu reconhecimento como verdadeiras obras de arte.</p>	<p>10. No contexto, basta <u>uma decisão do Google para tudo ficar inalcançável</u>.</p> <p>A função sintática do termo sublinhado acima é igual à do que se encontra, também sublinhado, em:</p> <p>(A) <u>Ela possibilitou a reorganização dos universos da música, dos filmes e dos livros.</u> (1º parágrafo)</p> <p>(B) ... onde <u>todo legado cultural</u> está acessível a apenas um clique. (3º parágrafo)</p> <p>(C) A primeira é <u>a tensão</u> entre as formas ampliadas de criatividade e os contornos... (2º parágrafo)</p> <p>(D) ... fiquem permanentemente sujeitos a <u>contínuas "invasões bárbaras"</u>... (2º parágrafo)</p> <p>(E) ... está criando <u>um generalizado pastiche do passado</u>. (3º parágrafo)</p>
<p>8. O segmento introduzido pelos dois-pontos, no 3º parágrafo,</p> <p>(A) comprova a importância do <i>nosso atual uso da tecnologia</i>, que valoriza as conquistas do passado, reproduzindo-as, em vez de apontar novos caminhos estéticos.</p> <p>(B) retoma o ponto de vista de Reynolds, no sentido de que <i>todo legado cultural está acessível a apenas um clique</i> e, portanto, a cultura se volta sempre para o passado.</p> <p>(C) expõe o argumento de que se valem os <i>proponentes da chamada "nova estética"</i>, no sentido de esclarecer seu ponto de vista.</p> <p>(D) critica as facilidades de acesso características das redes virtuais, que permitem <i>um generalizado pastiche do passado</i>.</p> <p>(E) alude à impossibilidade de renovação de <i>todo legado cultural</i> que, atualmente, está se tornando mais acessível nas mídias sociais.</p>	<p style="text-align: center;">Raciocínio Lógico-Matemático</p> <p>11. Três sócios criaram uma empresa. O sócio A participa com 3 cotas; o sócio B participa com 5 cotas e o sócio C participa com 7 cotas. Após um ano de funcionamento, a empresa aceitou um quarto sócio que entrou com a participação de mais 5 cotas. Desta maneira, o sócio A, cuja participação era de X%, passou a ser de Y%. A diferença entre X e Y é, igual a</p> <p>(A) 3.</p> <p>(B) 10.</p> <p>(C) 7.</p> <p>(D) 5.</p> <p>(E) 12.</p>
<p>9. ... que <u>as</u> gerenciam ... (1º parágrafo)</p> <p>... e <u>as</u> colocam num contexto jurídico ... (2º parágrafo)</p> <p>Os pronomes grifados acima referem-se, respectivamente, aos termos do texto transcritos em:</p> <p>(A) <i>as inovações tecnológicas – essas tensões do cotidiano</i></p> <p>(B) <i>as megaempresas – três questões centrais</i></p> <p>(C) <i>as megaempresas – as inovações tecnológicas</i></p> <p>(D) <i>as mídias sociais – essas tensões do cotidiano</i></p> <p>(E) <i>as mídias sociais – as "invasões bárbaras"</i></p>	<p>12. Para esvaziar um tanque de água, uma indústria dispõe de 4 tubulações com a mesma capacidade de vazão, cada uma. Com as 4 tubulações funcionando normalmente, o tanque é esvaziado em exatas 6 horas. Em uma ocasião, o tanque começou a ser esvaziado utilizando-se as 4 tubulações, e após meia hora, o registro de uma das tubulações apresentou defeito e bloqueou totalmente a saída de água por aquela tubulação. O processo de esvaziamento continuou com 3 tubulações por mais 40 minutos quando o registro de outra tubulação apresentou defeito e também bloqueou totalmente a saída de água por aquela tubulação. O processo continuou com duas tubulações até o esvaziamento se completar. O tempo de esvaziamento de todo o tanque, nessa ocasião, foi de</p> <p>(A) 11 horas e 10 minutos.</p> <p>(B) 15 horas.</p> <p>(C) 10 horas e 20 minutos.</p> <p>(D) 8 horas e 45 minutos.</p> <p>(E) 9 horas e 30 minutos.</p>



13. Considere a sequência: $\frac{2}{5}; \frac{3}{7}; \frac{4}{9}; \frac{5}{11}; \dots$. A diferença entre o número 2 e o 12º termo dessa sequência é igual a
- (A) $\frac{38}{25}$.
- (B) $\frac{44}{29}$.
- (C) $\frac{41}{27}$.
- (D) $\frac{3}{5}$.
- (E) $\frac{11}{12}$.

14. Considere verdadeiras as afirmações:

Se vou ao cinema, então como pipoca.

Se o lugar é marcado, então não posso sentar em outra cadeira.

Fui ao cinema.

A partir, apenas, dessas afirmações é possível concluir que

- (A) o cinema não tinha pipoca.
- (B) não posso sentar em outra cadeira.
- (C) comi pipoca.
- (D) não posso escolher o filme.
- (E) o lugar no cinema é marcado.
15. Pedro e Paulo fazem aniversário no mesmo dia. Hoje a idade de Paulo está para 3 assim como a idade de Pedro está para 7. Sabe-se que hoje a soma das duas idades é 70 anos. Dessa maneira, quando Paulo fez 4 anos, Pedro completou
- (A) 35 anos.
- (B) 12 anos.
- (C) 42 anos.
- (D) 32 anos.
- (E) 24 anos.

Noções de Direito Administrativo

16. Alice, servidora pública federal, procedeu de forma desidiosa ao exercer sua função pública. Já Lara, também servidora pública federal, no exercício de suas funções, aceitou comissão em espécie advinda de representante de estado estrangeiro. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a ação disciplinar para as condutas praticadas pelas servidoras Alice e Lara prescreve em
- (A) 2 anos, para ambas.
- (B) 5 anos e 2 anos, respectivamente.
- (C) 2 anos e 5 anos, respectivamente.
- (D) 180 dias e 5 anos, respectivamente.
- (E) 5 anos, para ambas.



17. A Administração pública instaurou sindicância para apurar suposta irregularidade praticada pelo servidor público federal Henrique no exercício de suas funções. Ao final da sindicância, constatou-se a veracidade dos fatos, sendo aplicada, de imediato, a respectiva penalidade disciplinar ao servidor. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a penalidade aplicada foi de
- (A) advertência.
 - (B) suspensão por sessenta dias.
 - (C) suspensão por noventa dias.
 - (D) demissão.
 - (E) destituição de cargo em comissão.
-
18. Pedro, servidor público, emitiu três atos administrativos distintos. O primeiro deles foi praticado com vício relativo ao objeto (aplicada pena de advertência quando o correto seria a pena de suspensão). O segundo é válido, sendo totalmente vinculado. Por fim, o terceiro ato administrativo corresponde a um atestado, emitido ao respectivo interessado. A propósito do instituto da revogação,
- (A) aplica-se apenas ao segundo e terceiro atos administrativos.
 - (B) aplica-se a todos os atos administrativos.
 - (C) aplica-se apenas ao primeiro ato administrativo.
 - (D) aplica-se apenas ao segundo ato administrativo.
 - (E) não se aplica a quaisquer dos atos administrativos.

Noções de Direito Constitucional

19. A Constituição da República reconhece tanto aos servidores ocupantes de cargos públicos, quanto aos trabalhadores urbanos e rurais, incluídos os trabalhadores domésticos, os direitos a
- (A) décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
 - (B) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; e jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
 - (C) décimo terceiro salário, com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria; e jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
 - (D) aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei; e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
 - (E) remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; e aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei.
-
20. Após reorganização administrativa, realizada com vistas a assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo, determinado Tribunal Regional Federal alterou sua composição e forma de atuação do seguinte modo:
- I. nove membros, sendo dois nomeados dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público Federal com mais de dez anos de carreira, e os demais mediante promoção de juizes federais com mais de cinco anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.
 - II. promoção de justiça itinerante, por meio da realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, em equipamentos públicos e comunitários, nos limites territoriais da respectiva jurisdição.
 - III. funcionamento descentralizado, por meio da constituição de Câmaras regionais, mantida, no entanto, sua sede no local determinado em lei.
- É compatível com a disciplina da matéria na Constituição da República o que consta em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) III, apenas.
 - (E) I, II e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. A aquaplanagem é a flutuação do veículo sobre uma lâmina de água que é formada na pista em caso de chuva, ocasionando perda total da aderência dos pneus com o solo, que pode provocar graves acidentes. Para minimizar seus danos, recomenda-se

- (A) frear assim que se constatar que o veículo está sofrendo a aquaplanagem, fazendo com que o deslocamento termine o quanto antes.
- (B) não frear e tentar manter o controle do veículo, sabendo-se que, em um determinado momento, os pneus restabelecerão o contato com solo. Preventivamente, manter os pneus em bom estado de conservação.
- (C) não frear em hipótese alguma e, imediatamente, estabelecer uma trajetória segura, utilizando técnicas de direção defensiva, uma vez que é possível controlar a direção do veículo durante a aquaplanagem.
- (D) manter os pneus, preventivamente, em bom estado de conservação, bem como o sistema de frenagem, fundamental neste momento, uma vez que o uso dos freios é essencial para evitar uma colisão decorrente de aquaplanagem.
- (E) não frear, deixar o veículo desacelerar naturalmente e tirar as mãos do volante, deixando que o veículo siga sua trajetória, uma vez que é impossível controlar o veículo durante a aquaplanagem.

22. Durante a condução de um veículo oficial, o condutor se depara com uma curva acentuada no percurso. Para garantir o deslocamento seguro, minimizando a ocorrência de acidentes, deve-se levar em conta que

- (A) uma força da física, chamada "ação e reação", em que a resistência da massa do veículo em relação à curva pode ocasionar o "cavalo de pau", faz com que se perca completamente o controle do veículo. Portanto, deve-se manter uma velocidade constante durante todo o trajeto, evitando o uso dos freios.
- (B) uma das forças da física, denominada "centrífuga", ocorre quando um objeto estabelece uma trajetória curva e tende a jogá-lo para fora em sentido contrário ao centro da curva. A massa do veículo, sua velocidade e o raio da curva influenciam este fenômeno. Assim sendo, o controle da velocidade e direção são fundamentais, antes mesmo de se iniciar a curva.
- (C) uma das forças da física, denominada "centrífuga", ocorre quando um objeto é submetido a uma trajetória curva e tende a direcioná-lo para o centro. Os efeitos desta força podem ser minimizados com o controle da velocidade e da direção do veículo, antes mesmo de se iniciar a trajetória.
- (D) a força da gravidade é o principal fenômeno que influencia neste caso, pois, quanto mais pesado e veloz o veículo, mais seguro este estará durante uma trajetória curva.
- (E) que os efeitos de uma força da física, durante a trajetória de um veículo, são irrelevantes, mesmo porque é impossível prever qual delas vai influenciar no momento em que o veículo estabelecer uma curva.

23. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro – CTB, são veículos que gozam de prioridade no trânsito, livre circulação e parada:

- (A) as ambulâncias, apenas, quando no atendimento de urgência, com os dispositivos sonoros e luminosos acionados, sendo que os demais veículos devem deixar livre a faixa da direita para a sua passagem.
- (B) os veículos oficiais que transportam autoridades públicas representantes de um dos poderes (legislativo, executivo e judiciário), quando em deslocamento com as respectivas autoridades.
- (C) os veículos de polícia, sob qualquer circunstância, e os de caráter oficial, apenas, quando em urgência.
- (D) os veículos de socorro de incêndio e salvamento, os quais terão prioridade no trânsito, apenas, quando em prestação de serviço de urgência, com os dispositivos sonoros e luminosos acionados, sendo que os pedestres devem aguardar sua passagem na calçada para, somente após, atravessar a via.
- (E) os veículos oficiais de transporte de autoridades públicas têm prioridade de trânsito em relação aos demais veículos, quando no efetivo transporte de autoridade, porém, não possuem a prerrogativa de livre circulação e parada como os veículos de polícia.

24. O esforço de prever a ocorrência de um acidente e o uso de manobras que utilizam o veículo como um instrumento de ataque, imobilizando o veículo agressor, fazem parte, respectivamente,

- (A) das técnicas e conceitos de direção defensiva e direção ofensiva, ambos exclusivos dos agentes policiais e de transporte de dignitários, através de treinamento específico.
- (B) do treinamento desenvolvido pela direção defensiva e direção evasiva, que deveriam ser de conhecimento de todos os motoristas como forma de minimizar os acidentes.
- (C) das técnicas e conceitos da direção defensiva e da direção ofensiva, podendo a primeira ser empregada por todos os motoristas, como forma de segurança e garantia da integridade física das pessoas expostas ao trânsito, e a segunda, somente, por aqueles com treinamento específico em situações extremas.
- (D) de direção ofensiva e direção defensiva, que só podem ser utilizados por agentes públicos com treinamento e credenciamento específico, como os policiais e os de segurança de autoridades.
- (E) dos conceitos e do estudo da direção defensiva e direção profissional, que podem ser empregados por qualquer motorista, desde que tenham treinamento específico do órgão de trânsito oficial.



25. Para o sucesso das atividades de segurança de dignitários e mediante planejamento prévio, é realizada uma avaliação dos riscos envolvidos em cada evento, estabelecendo-se uma referência para as ações a serem adotadas. Esta avaliação é realizada
- (A) pelas equipes de planejamento e precursora, exclusivamente, pois qualquer alteração havida nesta análise pode trazer consequências desastrosas para o sucesso das atividades de segurança.
 - (B) pela equipe de planejamento e precursora, porém tal avaliação pode ser renovada a qualquer momento, levando em conta novos acontecimentos ou mudanças do cenário previamente estudado.
 - (C) pela equipe de segurança aproximada, uma vez que esta equipe tem melhores condições de avaliar o cenário como um todo, pois observam os acontecimentos do ponto de vista do dignitário.
 - (D) pela assessoria da autoridade, sem relação com corpo de segurança. À equipe de segurança, incumbe, apenas, a execução do cronograma a ser cumprido, não cabendo a ela qualquer tipo de avaliação.
 - (E) pelos órgãos de segurança pública da circunscrição onde será realizado o evento, após solicitação por parte da assessoria da autoridade.
26. Durante evento de inauguração das novas instalações do Tribunal Regional Federal, foi identificado possível artefato explosivo próximo ao palanque onde se encontra o dignitário. A providência a ser adotada pela equipe de segurança é
- (A) permanecer no local e aguardar a confirmação por parte da equipe especializada em artefatos explosivos sobre a real necessidade de retirada da autoridade.
 - (B) identificar o tipo de artefato e desarmá-lo, imediatamente.
 - (C) identificar o tipo de artefato e acionar a equipe especializada em controle e desarmamento de explosivos.
 - (D) cobrir a autoridade e retirá-la imediatamente do local.
 - (E) cobrir a autoridade e permanecer no local.
27. Durante o planejamento de segurança de dignitários, deve-se levar em conta a contribuição dos órgãos de segurança pública estaduais incumbidos do policiamento ostensivo e preventivo
- (A) para todos os deslocamentos do dignitário seja qual for a requisição de emprego de efetivo policial, que tem por objetivo providenciar a escolta através de batedores, bem como fechamento de vias durante o deslocamento, obrigatoriamente.
 - (B) diretamente na escolta de qualquer dignitário, pois o elemento fardado inibe o cometimento de atentados, sendo necessário oficial ao órgão de Polícia Militar do local do evento em que comparecerá a autoridade.
 - (C) exceto durante os eventos em que o dignitário estiver presente, pois suas atribuições, em momento algum, refletem qualquer tipo de resultado no sucesso das ações de segurança.
 - (D) para a garantia da ordem pública – atividade realizada pela Polícia Militar/Brigada Militar e também pela Polícia Civil, sendo a última, inclusive encarregada pela escolta do dignitário, desde que solicitada pela sua assessoria.
 - (E) se empregado no evento onde está presente o dignitário, como garantia da ordem pública e, eventualmente, o fornecimento de informações de interesse à equipe de segurança.
28. Quanto ao “planejamento de contingência” é correto afirmar:
- (A) É o estabelecimento do planejamento principal, onde é fundamental basear-se em um cronograma com base nos acontecimentos esperados não levando em conta riscos, tampouco ameaças, que ficam a cargo de outra modalidade de planejamento.
 - (B) A identificação de estratégias alternativas, caso algum item do planejamento principal não ocorra conforme o esperado, é estabelecida através de análise e, via de regra, não se liga a um cronograma. Levam-se em conta, inclusive, as perdas caso alguma ameaça se concretize.
 - (C) É a identificação de estratégias alternativas, caso alguma ameaça se concretize e os acontecimentos ocorram conforme o esperado. É fundamental estabelecer um cronograma para as contingências, sob pena de se perder o controle das providências adotadas em situação de crise.
 - (D) É o estudo do cenário de forma a garantir que os objetivos estabelecidos ocorram conforme o esperado. Neste planejamento, levam-se em conta os riscos e as ameaças, não se considerando possíveis perdas uma vez que as contingências plenamente atendidas anulam ocorrências inesperadas.
 - (E) É o estabelecimento de estratégia principal, visando atender a programação inicial, sendo as possíveis perdas tratadas na fase de controle, não sendo mais possível restabelecer as atividades caso ocorra um sinistro.
29. Um determinado Magistrado realiza seus deslocamentos diários, de sua residência ao Fórum. Utiliza o mesmo itinerário, percorrendo, aproximadamente, 35 (trinta e cinco) quilômetros de rodovia e vias urbanas. Neste caso, está submetido, a um nível de segurança
- (A) reduzido, uma vez que este deslocamento rotineiro não necessita de maiores providências quanto à segurança do magistrado.
 - (B) normal, pois o deslocamento é rotineiro sendo possível estabelecer com maior facilidade um plano de contingência ou estabelecimento de itinerários alternativos.
 - (C) elevado, devido ao grande deslocamento efetuado e pelos tipos de vias percorridos (urbana e rodovias).
 - (D) normal, uma vez que durante este deslocamento o magistrado não terá contato com público, bem como o deslocamento rotineiro não depreende um planejamento de contingências.
 - (E) elevado, uma vez que se efetua deslocamento rotineiro, com trajeto previamente estabelecido, sendo planejadas todas as ações necessárias de segurança.
30. Durante a solenidade de posse do Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, estando presente, apenas, as principais autoridades do próprio Estado, a ordem de precedência será:
- (A) Governador, Vice Governador, Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente da Assembleia Legislativa.
 - (B) Governador, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Justiça e Vice-Governador.
 - (C) Governador, Vice-Governador, Presidente da Assembleia Legislativa e Presidente do Tribunal de Justiça.
 - (D) Governador, Presidente do Tribunal de Justiça, Presidente da Assembleia Legislativa e Vice-Governador.
 - (E) Governador, Presidente da Assembleia Legislativa, Vice-Governador e Presidente do Tribunal de Justiça.



31. Com relação a um atentado contra um dignitário:
- Pode ocorrer como resultado do planejamento da ação de um psicopata agindo por impulso. O criminoso terá larga vantagem sobre a equipe de segurança.
 - Para ser considerado atentado, é necessário que a ação seja consequência de um planejamento prévio e com objetivos definidos.
 - Os resultados esperados por um criminoso, ao planejar um atentado, são irrelevantes para a segurança de um dignitário.
 - Todo acidente que acometa um dignitário é considerado como um atentado, uma vez que, em algum momento, houve uma falha dos encarregados por sua segurança, que não observaram alguma ameaça ou deixaram de tomar alguma providência.
 - Para que um incidente seja considerado um atentado, é necessário que os objetivos finais do grupo ou do indivíduo que o planejou sejam plenamente alcançados.
32. O Estatuto do Desarmamento provocou impactos sociais que dotaram o ordenamento jurídico de um importante instrumento de cidadania, restringindo os privilégios relativos a aquisição e porte de arma de fogo à categorias que necessitem dela como instrumentos de trabalho ou para segurança própria, em situações específicas. É vedado o porte de arma de fogo para os
- integrantes das guardas municipais dos Municípios com até 40.000 (quarenta mil) habitantes, quando em serviço.
 - agentes operacionais da Agência Brasileira de Inteligência.
 - integrantes de órgãos referidos nos incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal.
 - integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, nas condições estabelecidas no Estatuto do Desarmamento.
 - integrantes das guardas municipais dos Municípios que integram regiões metropolitanas, quando em serviço.
33. De acordo com o Estatuto do Desarmamento, quanto ao registro de armas de fogo,
- dentre outros requisitos, o interessado, para renovar o Certificado de Registro de Arma de Fogo, deverá periodicamente, a cada cinco anos, apresentar documento comprobatório de capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atestadas na forma do Estatuto do Desarmamento e sua regulamentação.
 - o Certificado de Registro de Arma de Fogo será expedido pela Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal.
 - o Certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo em seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento.
 - as armas de fogo de uso restrito serão registradas na Polícia Federal, na forma do Estatuto do Desarmamento e sua regulamentação.
 - dentre outros requisitos, o interessado, para renovar o Certificado de Registro de Arma de Fogo, deverá periodicamente, a cada seis anos, apresentar documento comprobatório de ocupação lícita e de residência certa.
34. Em 2003, foi sancionado o Estatuto do Desarmamento que trouxe importantes modificações na tipificação dos crimes relacionados com armas de fogo. Analisando-se os crimes previstos no Estatuto do Desarmamento, em havendo a utilização de armas de fogo, acessórios ou munições de uso proibido ou restrito, terá a pena aumentada da metade o crime de
- suprimir ou alterar marca, numeração de arma de fogo.
 - omissão de cautela.
 - comércio ilegal de arma de fogo.
 - disparo de arma de fogo.
 - recarregar, sem autorização legal, de qualquer forma, munição ou explosivo.
35. O Estatuto do Idoso sistematizou conjunto de regras que veio garantir, na especificidade, os direitos fundamentais da pessoa idosa, principalmente no que se refere às suas condições de saúde, dignidade e bem-estar. No tocante ao acesso à Justiça, é INCORRETO afirmar que
- a prioridade na tramitação de processos também se estende ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública em relação aos serviços de assistência judiciária.
 - o poder público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.
 - será garantido ao idoso, para o atendimento prioritário, o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.
 - a prioridade na tramitação de processos e procedimentos, e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, em qualquer instância, cessará com morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, maior de cinquenta anos.
 - o interessado na obtenção da prioridade na tramitação de processos e procedimentos, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito.
36. As entidades governamentais e não governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos conselhos do idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei. As entidades governamentais que descumprirem as determinações do Estatuto do Idoso ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, dentre outras,
- à proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.
 - à multa.
 - à suspensão parcial do repasse de verbas públicas.
 - à suspensão total do repasse de verbas públicas.
 - ao fechamento de unidade ou interdição de programa.



37. De acordo com a Lei nº 4.898/1965 (Lei de Abuso de Autoridade),
- (A) o direito de representação será exercido por meio de petição e dirigido somente ao órgão do Ministério Público que tiver competência para iniciar processo-crime contra a autoridade culpada.
 - (B) é considerada autoridade, quem exerce cargo, emprego ou função pública, apenas de natureza civil, ainda que transitoriamente e sem remuneração.
 - (C) é considerada autoridade, quem exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, desde que remunerado.
 - (D) o processo administrativo não poderá ser sobrestado para o fim de aguardar a decisão de ação penal ou civil.
 - (E) o direito de representação será exercido por meio de petição e dirigido somente à autoridade que tiver competência legal para aplicar, à autoridade culpada, a respectiva sanção.
38. A informação, como resultado do incrível aumento da interconectividade, está exposta a um crescente número e a uma grande variedade de ameaças e vulnerabilidades. A fim de organizar a segurança, é imprescindível que seja estabelecida uma estrutura de gerenciamento para iniciar e controlar a implementação da segurança da informação dentro da organização. Analisando-se as ações que compõem as diretrizes de organização da informação, é INCORRETO afirmar:
- (A) Acordos de compartilhamento de informações podem ser estabelecidos para melhorar a cooperação e coordenação de assuntos de segurança da informação, desde que identificados os requisitos para a proteção das informações sensíveis.
 - (B) O uso de recursos de processamento de informação, pessoais ou privados, como por exemplo, *notebooks*, computadores pessoais ou dispositivos do tipo *palm top*, *tablet*, devem ser identificados e implementados conforme processo de autorização.
 - (C) A atribuição de responsabilidade pela segurança da informação esteja claramente definida.
 - (D) A realização de análise crítica da segurança da informação é executada por funcionários pertencentes à própria área avaliada.
 - (E) Procedimentos que especifiquem quando e por quais autoridades devem ser contatadas e como os incidentes de segurança da informação detectados devem ser notificados em tempo hábil, no caso de suspeita de que a lei foi violada, devem ser definidos.
39. Tanto no setor público como no setor privado, a segurança da informação objetiva proteger as infraestruturas críticas, objetivando viabilizar os negócios como o governo eletrônico (*e-gov*) ou o comércio eletrônico (*e-business*). A interconexão de redes públicas e privadas, e o compartilhamento de recursos de informação, aumentam a dificuldade de controle, sendo fundamental a formulação de política de restrição de acesso. Descaracteriza-se como procedimentos e ações formais para controlar o acesso a sistemas de informação e serviços:
- (A) Não utilizar a mesma senha para uso com finalidades profissionais e pessoais.
 - (B) Analisar os direitos de acesso de usuários criticamente e realocar quando movidos, na mesma organização, de um tipo de atividade para outra.
 - (C) Estabelecer procedimentos para verificar a identidade de um usuário antes de fornecer uma senha temporária, de substituição ou nova.
 - (D) Efetuar a desconexão com o computador de grande porte, servidores e computadores pessoais do escritório, quando a sessão for finalizada.
 - (E) Assegurar aos provedores de serviços que serão dados acessos até que os procedimentos de autorização tenham sido concluídos.
40. O advento da informática e da globalização transformou o domínio do conhecimento, em seu sentido mais amplo, no diferencial que distingue as nações e instituições mais desenvolvidas das demais. O estabelecimento de procedimentos operacionais apropriados para proteção de documentos, mídias magnéticas de computadores, dados de entrada e saída de documentação dos sistemas contra divulgação não autorizada, modificação, remoção e destruição, objetivam salvaguardar os dados e informações nele contidos. No caso do manuseio de mídias, tratamento das informações e segurança da documentação dos sistemas, DESCARACTERIZA-SE como procedimento correto de segurança:
- (A) a identificação dos meios magnéticos que contenham apenas informações sensíveis para instituição.
 - (B) o armazenamento de forma segura em um ambiente protegido, de acordo com as especificações do fabricante.
 - (C) a análise crítica das listas de distribuição e das listas de destinatários autorizados em intervalos regulares.
 - (D) o descarte de mídias que contenham informações sensíveis devem ser por meio de incineração e trituração, ou da remoção dos dados.
 - (E) a adoção de procedimentos para identificar e registrar os itens que requerem descarte seguro.
41. As informações podem ser comprometidas devido à falta de conscientização, de políticas ou de procedimentos no uso de recursos de troca de informações, podendo gerar implicações nos negócios, nos aspectos legais e na segurança. A troca de informações pode ocorrer por meio do uso de diversos recursos de comunicação, incluindo correios eletrônicos, voz, fax, vídeo e mídias. Neste contexto, NÃO se caracteriza como diretriz para implementação de segurança na troca informações:
- (A) a dispensa de aprovação prévia para o uso de serviços públicos externos, tais como sistemas de mensagens instantâneas e compartilhamento de arquivos.
 - (B) a divisão do conteúdo em mais de uma remessa e expedição por rotas distintas para proteger informações sensíveis contra divulgação não autorizada ou modificação.
 - (C) a utilização de um sistema acordado de identificação para informações críticas e sensíveis, garantindo que o significado dos rótulos seja imediatamente entendido.
 - (D) a adoção de procedimentos para notificar o emissor da transmissão, expedição e recepção de determinada informação.
 - (E) o estabelecimento de procedimentos para identificação dos transportadores.
42. A segurança da informação objetiva a proteção de ativos da informação contra acessos não autorizados, alterações indevidas, sendo considerada uma prática de gestão de riscos incidentes que implique o comprometimento de seus requisitos e conceitos básicos. Dentro desta análise conceitual, a garantia de que as entidades identificadas em um processo de comunicação como remetentes ou autores sejam, exatamente, os mencionados nela, pode ser conceituada como
- (A) severidade.
 - (B) confidencialidade.
 - (C) disponibilidade.
 - (D) criticidade.
 - (E) autenticidade.



43. A segurança corporativa estratégica, através da elaboração de planejamentos integrados, promove o equilíbrio entre as ações de segurança previstas e os riscos e ameaças contra as pessoas, o meio ambiente, a sociedade e a própria Instituição, objetivando estabelecer singular proteção à produção ou à prestação de serviços. Neste contexto, o nível de planejamento de segurança, que engloba o plano de treinamento de desenvolvimento de pessoal voltado para a operação de Circuito Fechado de Televisão – CFTV e de controle de acesso veicular, é o
- (A) institucional.
(B) estratégico.
(C) tático.
(D) operacional.
(E) departamental.
44. Instalações críticas ou sensíveis devem ser protegidas por perímetros de segurança definidos, com barreiras de segurança e controles de acesso apropriados. A utilização de dispositivos técnicos capazes de emitir sinais sobre a ocorrência de eventos locais ou remotos tem por finalidade dissuadir atitudes hostis, atividades adversas, bem como advertir sobre a ocorrência de ameaças. Dentro desta análise, os sensores recomendados para locais com expressiva propensão a alarmes falsos por causas diversas, como correntes de ar, reflexos do sol, luminosidade intensa e pequenos animais são os
- (A) sensores volumétricos de ultrassom.
(B) detetores de intrusão de dupla tecnologia.
(C) detetores de intrusão por vibração.
(D) detetores de intrusão por ruptura.
(E) sensores volumétricos de infravermelho passivo – IVP.
45. Os sistemas de identificação biométricos funcionam através da comparação de características físicas apresentadas por um usuário com as correspondentes armazenadas em um determinado banco de dados, identificando-o ou não como um dos usuários cadastrados, dificultando sobremaneira as fraudes praticadas contra as várias formas de verificação de identidades. O sistema de identificação biométrica que utiliza a parte do fundo do olho como identificador é conhecido como identificação
- (A) datiloscópica ou *fingerprint*.
(B) da íris.
(C) da retina.
(D) cognitiva.
(E) teclar.
46. Durante o trajeto entre as sedes do Tribunal Regional Federal da 4^a Região e do Tribunal de Justiça do Estado, enquanto transportava uma autoridade para evento oficial, o motorista do veículo oficial é surpreendido, durante o dia, por uma forte chuva que prejudica a sua visibilidade e dirigibilidade. No decorrer de todo o percurso sob forte chuva, manteve as luzes do veículo apagadas na totalidade. Tal conduta,
- (A) constitui-se infração de trânsito de natureza média, cuja penalidade é multa.
(B) constitui-se infração de trânsito de natureza leve, cuja penalidade é multa.
(C) constitui-se infração de trânsito de natureza grave, cuja penalidade é multa.
(D) não se constitui infração de trânsito.
(E) constitui-se infração de trânsito de natureza gravíssima, cuja penalidade é multa e suspensão do direito de dirigir.
47. O planejamento de segurança constitui-se em um processo de permanente avaliação e adequação dos procedimentos de segurança dos ativos, das pessoas contra riscos e ameaças, objetivando proporcionar decisões mais oportunas, melhor utilização do tempo disponível e prazos suficientes para cada etapa do próprio planejamento. O processo que se refere à execução do projeto de segurança por fases sequenciais definidas no próprio planejamento é definido como
- (A) metodologia.
(B) modularidade.
(C) faseamento.
(D) compartimentação.
(E) segmentação.
48. Em uma situação hipotética, com o objetivo de buscar o Presidente do Tribunal Regional Federal da 4^a Região que, no dia anterior, havia viajado para Santa Catarina, para visitas institucionais ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina e à seccional catarinense da Ordem dos Advogados do Brasil para tratar de propostas de cooperação para uso do processo eletrônico, o motorista do veículo oficial, durante o deslocamento interestadual em uma rodovia, diante de um extenso congestionamento, efetuou ultrapassagens em um trecho com intersecções e, em seguida, optou por transitar pelo acostamento da referida rodovia. Tais condutas constituem-se, respectivamente, em infrações de trânsito
- (A) média e gravíssima.
(B) gravíssima e gravíssima.
(C) grave e grave.
(D) média e grave.
(E) grave e gravíssima.
49. Onde inexistir sinalização regulamentadora de velocidade, a velocidade máxima obedecerá aos limites estabelecidos pelo Código de Trânsito Brasileiro. Nestes casos, a velocidade mínima para motocicletas, em uma rodovia, em km/h, não poderá ser inferior a:
- (A) 45.
(B) 55.
(C) 35.
(D) 40.
(E) 50.
50. Hipoteticamente, um funcionário do Tribunal Regional Federal conduzia um veículo oficial em uma via de pista dupla, com duplo sentido de direção, porém os sentidos de direção eram separados por um canteiro divisor. O condutor objetivava estacionar seu veículo próximo a uma repartição pública na qual protocolaria alguns processos. No entanto, não identificou nenhuma vaga apropriada para estacionar o veículo oficial na pista na qual transitava. Contudo, na pista oposta, de sentido oposto, visualizou um local ideal para estacionar o carro. Diante desta oportunidade singular, o motorista executou uma operação de re-torno passando por cima do canteiro de divisão das pistas de rolamento e, em seguida, avançou o semáforo verde-lho no intuito de estacionar o mais rápido possível. Neste caso, o condutor do veículo oficial cometeu, respectivamente, as infrações
- (A) gravíssima e gravíssima, que somadas totalizam 14 pontos.
(B) gravíssima e gravíssima, que somadas totalizam 12 pontos.
(C) média e grave, que somadas totalizam 9 pontos.
(D) média e grave, que somadas totalizam 10 pontos.
(E) média e gravíssima, que somadas totalizam 11 pontos.

**ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 7, será atribuída nota ZERO à Prova Estudo de Caso nos seguintes casos:

- fugir ao tema proposto;
- apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

O candidato não habilitado na Prova Estudo de Caso será excluído do Concurso.

QUESTÃO 1

Thiago é responsável pela segurança do magistrado, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, sediado na cidade de Porto Alegre/RS, e, ao início do serviço, recebeu a programação da autoridade para a data de amanhã. Nesta programação constam eventos externos na seguinte conformidade:

- 09h00min às 10h00min – reunião na Prefeitura de Porto Alegre, com o Prefeito.
- 11h00min às 11h30min – aula inaugural do Curso de Bacharel em Direito na Faculdade de Direito de Porto Alegre e, na sequência, almoço na reitoria da mesma faculdade até às 13h00min.
- 13h30min – comparecimento na inauguração da Escola Estadual Presidente “Getúlio Vargas”, onde participará de evento em palanque com assistência de, aproximadamente, 2000 (duas mil) pessoas, com término previsto para as 14h30min.
- 15h00min – deslocamento para o gabinete, onde permanece até, por volta das, 19h00min com retorno à residência, encerrando o dia.

Quem estará de serviço na data de amanhã será outra equipe e Thiago terá que realizar o planejamento deste dia de trabalho, com os deslocamentos e permanência nos eventos.

A autoridade inicia o deslocamento de sua residência onde retorna ao final do dia. Todos os locais são na mesma cidade onde reside.

Quais são as providências de planejamento e segurança, necessárias para cada evento descrito em a, b, c e d? Fundamente sua resposta.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	



QUESTÃO 1

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
41	
43	
44	
45	

RASCUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

Durante um ato público em local aberto, com a presença de público variado, João, técnico de segurança e transportes recebe a informação de que o dignitário sob sua proteção, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, pode ser alvo de atentado por conta de decisões proferidas em desfavor de grupo criminoso naquele momento.

Em algum momento, neste mesmo ato público, o dignitário sofre ofensas verbais, proferidas diretamente por um indivíduo.

João está sozinho com o dignitário e, ambos, estão à pé, com o veículo estacionado.

Considerando a situação apresentada acima responda fundamentadamente:

- a. Com relação à informação de atentado, qual a providência adotada?
- b. Se concretizado o atentado através de ataque de arma de fogo, qual a ação a ser tomada, visando salvaguardar a vida do dignitário, considerando que ninguém se feriu em razão do ataque, frente às seguintes situações:
 - b1. No momento do ataque, é localizado o agressor;
 - b2. No momento do ataque, não é localizado o agressor.
- c. Com relação ao ataque verbal, quais as providências que podem ser adotadas?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	